

## Sumário

<b>Prefácio da 1ª edição</b> .....	xxxiii
<b>Prefácio da 2ª edição</b> .....	xxxv

### Título I

<b>Capítulo I – Princípios Básicos do Processo Penal</b> .....	1
1.1. Conceito da palavra princípio .....	1
1.2. Devido processo legal .....	2
1.3. Verdade real .....	5
1.4. Publicidade dos atos processuais .....	10
1.5. Contraditório .....	14
1.6. Imparcialidade do juiz .....	17
1.7. Presunção de inocência .....	21
1.8. <i>Favor rei</i> .....	30
1.9. Promotor Natural .....	31
<b>Capítulo II – Sistemas Processuais</b> .....	41
2. Noções Gerais .....	41
2.1. Sistema inquisitivo .....	42
2.2. Sistema acusatório .....	43
2.3. Sistema misto ou acusatório formal .....	44
2.4. O sistema acusatório e a legislação vigente – confronto .....	46
2.4.1. Sistema acusatório e a Lei de Falências (Decreto-lei nº 7.661/45) .....	46
2.4.2. Sistema acusatório e a Lei de Economia Popular (Lei nº 1.521/51) .....	47
2.4.3. Sistema acusatório e a Lei do Crime Organizado (Lei nº 9.034/95) .....	47

2.4.4. Sistema acusatório e a Lei de Interceptação Telefônica (Lei nº 9.296/96) .....	49
2.4.5. Sistema acusatório e Código de Processo Penal .....	49

<b>Capítulo III – Inquérito Policial</b> .....	53
3. Noções .....	53
3.1. Conceito .....	55
3.2. Natureza jurídica .....	56
3.3. Características .....	68
3.3.1. Inquisitorial .....	68
3.3.2. Formal .....	69
3.3.3. Sistemático .....	69
3.3.4. Unidirecional .....	70
3.3.5. Sigiloso .....	71
3.3.6. Discricionário .....	72
3.4. Inquérito policial e o controle externo da atividade policial pelo Ministério Público .....	72
3.5. Prazo de conclusão do inquérito policial (justiça comum estadual e justiça comum federal, tráfico de entorpecentes e Lei dos Crimes Hediondos) .....	76
3.6. Inquérito policial na Lei de Falências .....	81
3.6.1. Natureza jurídica do inquérito judicial .....	81
3.7. Inquérito policial e foro por prerrogativa de função .....	83
3.8. Artigo 6º, inc. III, c/c 218 c/c 240, § 1º, f, c/c 241 – uma visão constitucional .....	87
3.9. Identificação dactiloscópica (art. 6º, VIII, CPP) e a norma constitucional do art. 5º, LVIII – natureza jurídica .....	94
3.10. Arquivamento na Lei de Economia Popular e o recurso de ofício – visão constitucional .....	95
3.11. Inquérito policial e a Lei nº 9.099/95 – termo circunstanciado .....	98
3.12. Arquivamento do termo circunstanciado e a fiscalização do princípio da obrigatoriedade da proposta de transação penal .....	102
3.13. Arquivamento do inquérito policial e o princípio do promotor natural .....	106
3.13.1. Arquivamento implícito do inquérito policial .....	112
3.14. Desarquivamento do inquérito policial .....	116
<b>Capítulo IV – Ação Penal</b> .....	123
4.1. Noções gerais .....	123



5.3. Tipos: próprio (real e pessoal) e impróprio (retificação, ratificação, suprimento e esclarecimento) .....	197
5.4. Quanto à oportunidade: provocado e espontâneo .....	198
5.5. Recebimento do aditamento à denúncia e interrupção da prescrição .....	198
5.6. Recurso cabível da decisão que indefere o aditamento à denúncia .....	199
5.7. Conseqüências processuais do aditamento à denúncia .....	201
<b>Capítulo VI – Jurisdição</b> .....	209
6. Noções .....	209
6.1. Princípios .....	210
6.1.1. <i>Ne procedat iudex ex officio</i> .....	210
6.1.2. Indclinabilidade da jurisdição .....	210
6.1.3. Indelegabilidade da jurisdição .....	211
6.1.4. Improrrogabilidade ou aderência da jurisdição .....	211
6.1.5. Juiz natural .....	212
6.1.6. Unidade da jurisdição .....	214
6.1.7. <i>Nulla poena sine iudicio</i> .....	215
6.2. Competência .....	215
6.2.1. Conceito .....	215
6.2.2. Natureza jurídica .....	216
6.3. A competência na Justiça Federal .....	216
6.4. A competência na Justiça Estadual .....	228
6.4.1. Competência pela natureza da infração – crimes dolosos contra a vida .....	233
6.4.2. Conexão e continência – crimes eleitorais e os crimes comuns .....	233
6.4.3. Conexão e continência – crimes eleitorais, crimes comuns e os crimes dolosos contra a vida .....	241
6.4.4. Conexão e continência – crime doloso contra a vida e o foro por prerrogativa de função .....	242
6.4.5. Conexão e continência – crimes dolosos contra a vida e as infrações penais de menor potencial ofensivo .....	244
6.4.6. Infrações penais de menor potencial ofensivo e o foro por prerrogativa de função .....	244
6.4.7. Justiça Militar e as infrações penais de menor potencial ofensivo. ....	246
6.4.8. Tribunal do Júri e desclassificação .....	250

6.4.9. Conexão e continência e competência recursal .....	254
6.4.10. Conflitos de competência e de atribuição – distinção .....	255
<b>Capítulo VII – Teoria Geral da Prova .....</b>	<b>263</b>
<b>7. Conceito e finalidade ou objetivo da prova .....</b>	<b>263</b>
7.1. Objeto da prova .....	264
7.2. Meios de prova .....	265
7.3. Classificação da prova quanto .....	265
7.3.1. Ao objeto .....	265
7.3.1.1. Diretas .....	266
7.3.1.2. Indiretas .....	266
7.3.2. Ao sujeito .....	266
7.3.2.1. Pessoal .....	267
7.3.2.2. Real .....	267
7.3.3. À forma .....	267
7.3.3.1. Testemunhal .....	268
7.3.3.2. Documental .....	268
7.3.3.3. Material .....	268
7.4. Natureza jurídica da prova .....	268
7.5. Princípios da prova .....	269
7.5.1. Princípio da comunhão da prova .....	269
7.5.2. Princípio da liberdade da prova .....	270
7.5.3. Princípio da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos .....	272
7.6. Da prova emprestada .....	281
7.6.1. Conceito .....	281
7.6.2. Requisitos .....	283
7.6.3. Questões controvertidas .....	286
7.6.4. Natureza jurídica da prova emprestada .....	286
7.7. Indício, presunção e ficção – Diferença .....	286
7.8. Da prova indiciária .....	292
7.9. Do ônus da prova .....	294
7.10. Do procedimento probatório .....	300
7.11. Sistemas de avaliação das provas .....	303
7.11.1. Sistema da íntima convicção ou da certeza moral do juiz ...	303
7.11.2. Sistema das regras legais ou certeza moral do legislador ou da prova tarifada .....	304
7.11.3. Sistema da livre convicção ou da persuasão racional .....	307
7.12. Natureza das normas que tratam das provas .....	308

<b>Capítulo VIII – Processo e Procedimento</b> .....	311
<b>8. Processo: noções gerais e conceito</b> .....	311
8.1. Natureza jurídica do processo (teoria contratualista, quase contrato e da relação jurídica) .....	311
8.2. Pressupostos processuais .....	314
8.3. Procedimento e sua distinção de processo .....	316
8.4. Formas procedimentais .....	316
8.4.1. Procedimento ordinário dos crimes apenados com reclusão. .	317
8.4.1.1. Oferecimento da denúncia .....	317
8.4.1.2. Interrogatório do acusado .....	318
8.4.1.3. Defesa Prévia .....	319
8.4.1.4. Oitiva das testemunhas de acusação .....	320
8.4.1.5. Oitiva das testemunhas de defesa .....	321
8.4.1.6. Diligências .....	321
8.4.1.7. Alegações finais .....	321
8.4.1.8. Sentença .....	322
8.4.1.8.1. Relatório .....	323
8.4.1.8.2. Motivação ou fundamentação .....	323
8.4.1.8.3. Conclusão (parte dispositiva ou <i>decisum</i> ) .	324
8.4.2. Tribunal do Júri .....	325
8.4.2.1. Pronúncia .....	325
8.4.2.1.1. Natureza jurídica da pronúncia .....	326
8.4.2.1.2. Princípio do <i>in dubio pro societate</i> .....	327
8.4.2.1.3. Princípio da congruência (ou da correlação entre a pronúncia e a denúncia) .....	327
8.4.2.1.4. Pronúncia e crimes conexos .....	328
8.4.2.1.5. Pronúncia e qualificadoras do crime .....	329
8.4.2.1.6. Pronúncia e seus efeitos .....	332
8.4.2.2. Impronúncia .....	334
8.4.2.2.1. Natureza jurídica da impronúncia .....	335
8.4.2.2.2. Prazo .....	337
8.4.2.2.3. Requisitos da impronúncia .....	337
8.4.2.2.4. Impronúncia e crimes conexos .....	337
8.4.2.2.5. Impronúncia e efeitos civis .....	339
8.4.2.3. Despronúncia .....	341
8.4.2.4. Desclassificação .....	342
8.4.2.4.1. Natureza jurídica da desclassificação .....	343
8.4.2.4.2. Recurso da decisão desclassificatória .....	344
8.4.2.5. Absolvição sumária .....	344

8.4.2.5.1. Natureza jurídica da decisão de absolvição sumária .....	345
8.4.2.5.2. Natureza jurídica da absolvição sumária ..	345
8.4.2.5.3. Requisitos da decisão de absolvição sumária .....	345
8.4.2.5.4. Absolvição sumária e crimes conexos .....	345
8.4.2.5.5. Absolvição sumária e efeitos civis .....	349
8.4.2.6. Libelo crime acusatório .....	353
8.4.2.6.1. Requisitos do libelo .....	354
8.4.2.6.2. Libelo bifronte .....	355
8.4.2.7. Contrariedade ao libelo crime acusatório .....	355
8.4.3. Entorpecentes .....	356
8.4.3.1. Prisão em flagrante .....	356
8.4.3.2. Da fase postulatória .....	357
8.4.3.3. Juízo de prelibação (juízo de admissibilidade) .....	357
8.4.3.4. Interrogatório .....	357
8.4.3.5. Defesa prévia ou alegações preliminares .....	359
8.4.3.6. Despacho Saneador .....	360
8.4.3.7. Audiência de instrução e julgamento (AIJ) .....	360
8.4.4. Juizado Especial Criminal .....	361
<b>Capítulo IX – Da Prisão Cautelar</b> .....	365
9. Noções .....	365
9.1. Características .....	366
9.1.2. Pressupostos .....	367
9.2. Prisão em flagrante .....	367
9.2.1. Conceito de flagrante delito .....	369
9.2.2. Do fundamento da prisão em flagrante .....	369
9.2.3. Espécies de flagrante delito .....	373
9.2.4. Flagrante nos crimes de ação penal pública condicionada e de iniciativa privada .....	379
9.2.5. Flagrante nos crimes permanentes e habituais .....	381
9.2.6. Flagrantes preparado, esperado e forjado .....	384
9.2.7. Flagrante esperado diferido ou retardado .....	386
9.2.8. Flagrante no crime tentado, consumado e formal .....	386
9.2.9. Flagrante e apresentação espontânea do autor do fato .....	388
9.3. Prisão preventiva <i>strictu sensu</i> .....	390
9.3.1. Momento para a decretação da prisão preventiva .....	390
9.3.2. Pressupostos para a decretação da prisão preventiva .....	392

9.3.3. Hipóteses legais de admissibilidade da prisão preventiva .....	394
9.3.4. Prisão preventiva e a exclusão da ilicitude .....	397
9.3.5. Princípio da motivação das decisões judiciais .....	397
9.3.6. Revogação da prisão preventiva .....	399
9.4. Prisão administrativa .....	400
9.5. Prisão em decorrência da sentença penal condenatória recorrível ...	402
9.6. Prisão em decorrência da decisão interlocutória de pronúncia .....	410
9.7. Prisão temporária da Lei nº 7.960/89 .....	416
<b>Capítulo X – Liberdade Provisória – Visão Constitucional</b> .....	425
10. Noções gerais .....	425
10.1. Liberdade provisória com ou sem fiança .....	425
10.2. Liberdade provisória na lei dos crimes hediondos .....	443
<b>Capítulo XI – Citação</b> .....	445
11. Noções gerais e conceito .....	445
11.1. Natureza jurídica da citação .....	447
11.2. A Lei nº 9.271/96 e os princípios da aplicabilidade imediata da lei processual penal e o da irretroatividade da lei penal <i>in pejus</i> ..	448
11.2.1. Requisitos da suspensão .....	449
11.2.2. Limite de tempo da suspensão .....	450
11.2.3. Incidência da norma .....	451
11.2.4. Recurso da decisão de suspensão .....	454
11.2.5. Réu em lugar incerto e não sabido e réu que se oculta para não ser citado (arts. 361 e 362 do CPP) .....	454
11.2.6. Concurso de pessoas e citação por edital .....	455
11.2.7. Tribunal do Júri e citação por edital .....	455
11.2.8. Defensor Público e citação por edital .....	456
11.3. Citação e as infrações penais de menor potencial ofensivo .....	457
<b>Capítulo XII – Teoria Geral das Nulidades</b> .....	459
12. Noções gerais e conceito de nulidade .....	459
12.1. Natureza jurídica da nulidade .....	462
12.2. Princípios processuais da nulidade .....	462
12.2.1. Prejuízo .....	462
12.2.2. Causalidade (contaminação ou contagiosidade) .....	465
12.2.3. Interesse .....	467
12.2.4. Convalidação .....	467
12.3. Sistemas .....	468

12.3.1. Certeza legal .....	468
12.3.2. Instrumentalidade das formas .....	469
12.3.3. Misto .....	469
12.4. Nulidade absoluta e nulidade relativa – distinção .....	470
12.5. O art. 567 do CPP e o princípio do juiz natural .....	470
<b>Capítulo XIII – Teoria Geral dos Recursos</b> .....	<b>473</b>
13.1. Conceito .....	473
13.2. Fundamento .....	474
13.3. Natureza jurídica do recurso .....	474
13.3.1. Recurso como desdobramento da relação jurídico-processual em curso .....	475
13.3.2. Recurso como ação constitutiva autônoma (nova ação) ....	475
13.3.3. Recurso como meio destinado a obter a reforma de uma decisão .....	475
13.4. Princípios gerais dos recursos .....	476
13.4.1. Taxatividade .....	476
13.4.2. Unirrecorribilidade .....	476
13.4.3. Fungibilidade .....	477
13.4.4. Voluntariedade .....	479
13.4.5. Conversão .....	483
13.5. Proibição da <i>reformatio in pejus</i> .....	483
13.6. A <i>reformatio in pejus</i> indireta .....	485
13.7. Efeitos dos recursos .....	494
13.7.1. Devolutivo .....	494
13.7.2. Suspensivo .....	500
13.7.3. Extensão subjetiva dos efeitos da decisão nos recursos .....	504
13.8. Os recursos e o direito intertemporal .....	506
13.9. Juízo de admissibilidade dos recursos .....	509
13.9.1. Conceito .....	509
13.9.2. Requisitos intrínsecos .....	512
13.9.2.1 Legitimidade .....	512
13.9.2.2 Interesse .....	520
13.9.3. Sucumbência e interesse .....	525
13.9.4. Requisitos extrínsecos .....	525
13.9.4.1. Cabimento (possibilidade jurídica do pedido recursal) .....	525
13.9.4.2. Tempestividade .....	526
13.9.4.3. Regularidade formal .....	529

13.9.4.4. Ausência de fatos impeditivos ou extintivos (desistência, deserção, preclusão e renúncia) .....	529
13.10. Juízo de mérito (ou juízo de delibação).....	533
13.11. Recursos em espécie (questões relevantes) .....	533
13.11.1. Recurso em sentido estrito .....	533
13.11.2. Apelação .....	539
13.11.3. Protesto por novo júri .....	551
13.11.4. Embargos infringentes e de nulidade .....	566

## Título II

### Das Ações Autômas de Impugnação

<b>Capítulo I – Do Habeas Corpus</b> .....	573
1.1. Conceito .....	573
1.2. Natureza jurídica .....	574
1.3. Espécies de <i>habeas corpus</i> : liberatório e preventivo .....	575
1.4. Objeto do <i>habeas corpus</i> .....	576
1.5. Legitimidade ativa .....	578
1.6. <i>Habeas corpus</i> e as transgressões disciplinares militares – correta visão do problema .....	578
1.7. Autoridade coatora: juiz, promotor de justiça e delegado de polícia .....	581
1.7.1. Juiz e competência .....	581
1.7.2. Promotor de justiça e competência .....	581
1.7.3. Delegado de polícia e competência .....	582
1.8. <i>Habeas corpus</i> e o ato de particular .....	583
1.9. <i>Habeas corpus</i> e o direito líquido e certo .....	587
1.10. <i>Habeas corpus</i> e o trancamento do inquérito policial ou da ação penal .....	590
1.11. Intervenção do promotor de justiça na ação de <i>habeas corpus</i> perante o primeiro grau de jurisdição .....	591
1.12. <i>Habeas corpus</i> e a prisão administrativa (§ 2º do art. 650 do CPP) ..	592
1.13. <i>Habeas corpus</i> e relaxamento de prisão – diferença.....	593
1.14. <i>Habeas corpus</i> e o Juizado Especial Criminal .....	594
<b>Capítulo II – Revisão Criminal</b> .....	599
2. Noções gerais .....	599
2.1. Conceito .....	600

2.2. Natureza jurídica .....	601
2.3. Objeto .....	602
2.4. Condições para o regular exercício do direito de agir .....	603
2.4.1. Possibilidade jurídica do pedido .....	603
2.4.2. <i>Legitimatio ad causam</i> .....	604
2.4.3. Interesse processual .....	606
2.5. Formas de revisão criminal .....	606
2.6. Pressupostos legais .....	607
2.7. Fundamentos legais da revisão criminal .....	607
2.8. Revisão criminal de decisões não condenatórias .....	612
2.9. Revisão criminal e a “sentença” que homologa a transação penal ....	614
2.10. Efeitos da revisão criminal .....	615
2.10.1. Alterar a classificação da infração .....	616
2.10.2. Absolver o réu.....	616
2.10.3. Modificar a pena.....	618
2.10.4. Anular o processo .....	619
2.10.5. Proibição da <i>reformatio in pejus</i> .....	621
2.11. Revisão criminal e sentença penal estrangeira .....	621
<b>Nota final do Autor à primeira edição .....</b>	<b>623</b>
<b>Apêndice</b>	
A impossibilidade da transação penal nos delitos descritos nos arts. 303, 306 e 308 do Código Nacional de Trânsito (Lei nº 9.503, de 23/9/97) ....	625
<b>Bibliografia .....</b>	<b>631</b>
<b>Índice Remissivo .....</b>	<b>635</b>